

XX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

SESSÕES ORDINÁRIAS

ÁREA 2: HISTÓRIA ECONÔMICA E ECONOMIA BRASILEIRA

TÍTULO

MODELO LIBERAL PERIFÉRICO, ACUMULAÇÃO RENTISTA E ESPECIALIZAÇÃO EXPORTADORA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CASO BRASILEIRO.

Carlos Américo Leite Moreira¹
Romênia Virgínia Pimentel Borba²

¹Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII, com pós-doutorado em Economia Política Internacional pela Universidade de Montreal. Professor e Pesquisador do Departamento de Teoria Econômica e do Mestrado em Avaliação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC). americo@ufc.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Logística e Pesquisa Operacional da Universidade Federal do Ceará (UFC). rvirginia.pimentel@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute alguns aspectos do processo de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado tomando como ponto de partida a noção de Modelo Liberal Periférico (MLP) desenvolvida por Filgueiras e Gonçalves (2006). Verifica-se que a inserção da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira foi possível em função do movimento de abertura comercial e financeira, o sucesso da política de estabilização monetária, e as reformas ocorridas no setor financeiro. Além disso, a posição brasileira no capitalismo financeirizado, consolidada nos anos 2000, impediu a adoção de políticas econômicas que permitissem a retomada do investimento, da produção e do emprego. Do ponto de vista produtivo, contata-se o aprofundamento do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil, o que revela uma lógica na qual as decisões de investimentos estão subordinadas a lógica de acumulação rentista.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo Liberal Periférico. Financeirização. Especialização Produtiva.

ABSTRACT

This article discusses some aspects of the Brazilian economy insertion process in financial capitalism takes as its starting point the notion of Peripheral Liberal Model (PLM) developed by Filgueiras and Gonçalves (2006). Verify that the insertion of the Brazilian economy in the world circuit financial accumulation was possible according to the commercial and financial opening movement, the success of monetary stabilization policy, and reforms occurred in the financial sector. In addition, the Brazilian position in financial capitalism, consolidated in the 2000s, prevented the adoption of economic policies that would allow the resumption of investment, output and employment. The production point of view, contact to the deepening of the double process of reprimarization / deindustrialization in Brazil, which reveals a logic in which investment decisions are subject to rentier accumulation logic.

KEYWORDS: Peripheral Liberal Model. Financialization. Production Specialization.

1 Introdução

O presente artigo discute alguns aspectos do processo de inserção da economia brasileira no capitalismo financeirizado. Especificamente, considera-se como ponto de partida a noção de Modelo Liberal Periférico (MLP) desenvolvida por Filgueiras e Gonçalves (2006). Para os autores, o MLP apresenta três características centrais. A primeira está associada ao processo de liberalização comercial que atinge as esferas comercial (importação de bens e serviços), produtiva (estratégias de empresas estrangeiras), tecnológica (direitos de propriedade) e monetário-financeira (fluxos de capitais). A segunda característica desse modelo refere-se à vulnerabilidade externa estrutural que resulta de transformações na competitividade internacional, no padrão de comércio, no dinamismo tecnológico, no controle dos residentes sobre o excedente econômico e o volume de investimento e a robustez do sistema financeiro no país. (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2006). Por fim, a dominância financeira, que impõe uma concepção liberal do papel do Estado permitindo a liberalização total dos mercados, constitui a terceira característica do MLP.

Nesse sentido, as medidas de privatizações, de desregulamentação financeira e de reduções fiscais tornam-se orientações estratégicas da política econômica. O regime monetário e fiscal é atualmente submetido à avaliação dos mercados financeiros. Nesse processo, a esfera financeira não é absolutamente dissociada da esfera produtiva. Constata-se, ao contrário, uma forte interdependência entre essas duas esferas, que se revela mediante transferências acentuadas de riquezas da produção em direção a finança.

Para cumprir os objetivos desse estudo, além desta introdução, apresentam-se quatro seções. A segunda seção apresenta uma discussão resumida dos fatores que levaram ao ingresso ativo da economia brasileira no contexto da financeirização. A terceira seção procura mostrar que, apesar das iniciativas do governo no âmbito fiscal, no sentido de estimular a demanda doméstica, observa-se a consolidação da economia brasileira no regime de acumulação de dominância financeira. Esse fato representa a afirmação do MLP no Brasil e sua lógica de reprodução do capital que associa rentismo e especialização exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas. A quarta seção apresenta evidências empíricas do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil que resulta desse novo padrão de reprodução do capital no Brasil. Por fim, na quinta seção seguem-se as considerações conclusivas.

2 Inserção da economia brasileira no circuito mundial de acumulação financeira

A lógica do regime de acumulação de dominância financeira³ na condição de nova configuração da globalização se impõe progressivamente a partir do início dos anos oitenta e se afirma definitivamente em meados dos anos noventa. Este novo regime é notadamente caracterizado por transformações no regime concorrencial, com a passagem para um modo de concorrência oligopolista mundial, pela afirmação da esfera financeira como *locus* privilegiado de valorização do capital e por mudanças na repartição e na relação salarial. Estes três fatores se articulam para engendrar transformações importantes nas modalidades de implantação e nas estratégias de produção dos grandes grupos industriais. Estas estão atualmente submetidas a critérios impostos pelos mercados financeiros e agravados pela entrada de investidores institucionais como acionistas dessas empresas.

Esse regime foi reforçado com a implementação de planos de estabilização em alguns países periféricos, tais como os novos mercados emergentes da América Latina. Esses planos colocaram completamente em cheque a lógica industrializante baseada no modelo de substituição de importações.

O abandono das políticas de industrialização é a expressão mais evidente da mudança de *status* desses países que se tornaram para os investidores institucionais e empresas estrangeiras meros mercados emergentes que garantem em determinados contextos rentabilidades expressivas para seus investimentos. (DUFOUR, 1999).

A inserção ativa da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira foi possível em função de dois fatores principais. Por um lado, os processos de abertura comercial e financeira, bem como o êxito da política de estabilização monetária, garantiram um ambiente favorável à retomada do influxo de capital. Por outro lado, as reformas ocorridas no setor financeiro, com a abertura do mercado brasileiro de títulos privados e públicos permitiram, juntamente com os fatores anteriormente mencionados, o ingresso ativo do país no processo de financeirização. (MOREIRA; FORTI SHERER, 2002).

O aumento do poder da finança na economia brasileira é, em grande parte, tributário do abandono das políticas comerciais protecionistas. Após a experiência bem sucedida de industrialização fundada no voluntarismo do Estado e da crise da dívida nos anos oitenta, a

³ Uma análise detalhada sobre a noção de regime de acumulação pode ser encontrada Chesnais (1997; 2004).

legitimidade da intervenção do Estado foi questionada. A concepção neoliberal passa a associar, de forma oportunista, a crise do modelo de substituição de importações ao intervencionismo estatal, esquecendo completamente os avanços em termos de industrialização ocorridos entre o pós-guerra e a década de oitenta⁴. As reformas estruturais do neoliberalismo tinham como objetivo central a redução do papel do Estado na economia, por meio da desregulamentação e da privatização. Foram assim abandonadas as iniciativas de proteção e estímulo à indústria nascente. (BELLUZZO; CARNEIRO, 2004).

Após uma década transferindo excedente para os países centrais, a reversão desse cenário na década de noventa gerou uma expectativa de relance da economia brasileira numa trajetória sustentável de crescimento. Essa expectativa foi logo frustrada em função, sobretudo, da maneira como as políticas de estabilização foram desenhadas, baseadas no aumento substancial das taxas de juros reais, o qual foi determinante para apreciação da moeda nacional.

Em decorrência, a economia brasileira passou a conviver com um duplo déficit, orçamentário e comercial. Vale destacar que a elevação do déficit orçamentário ocorre concomitantemente à existência de superávits primários expressivos, revelando o papel da taxa de juros para o acréscimo da dívida pública.

Por sua vez, os déficits comerciais decorrem tanto da apreciação da taxa de câmbio quanto da abertura comercial. A redução de forma indiscriminada das tarifas conduziu a reestruturação da estrutura produtiva local. Esse processo de reestruturação não elevou a sua competitividade sistêmica. Na verdade, os incrementos de produtividade resultaram do desemprego industrial e de ajustes microeconômicos, sobretudo nas grandes empresas nacionais e estrangeiras (*downsizing*, flexibilização dos contratos de trabalho, terceirização de atividades de apoio a produção). Faz parte desses ajustes o fechamento de linhas de produção consideradas não competitivas e a especialização em produtos de menor valor agregado. (BELLUZZO; TAVARES, 2002).

A combinação de sobrevalorização do câmbio e racionalização produtiva engendrou uma nova dinâmica, na qual parte da produção doméstica foi substituída por importações. Tanto insumos quanto bens de consumo duráveis anteriormente produzidos internamente foram substituídos por importações “com circuitos comerciais vinculados aos países centrais substituindo, integral ou parcialmente, as cadeias produtivas internamente constituídas ao longo do período de industrialização.” (MOREIRA; FORTI SHERER, 2002, p.55).

⁴ Esta análise pode ser encontrada em Gonçalves (2013).

As exigências de competitividade impostas pelo novo cenário de abertura comercial financeira engendraram ajustes importantes nas atividades das empresas estrangeiras instaladas no país. A busca de ganhos de produtividade levou a um processo de recentragem em certas etapas do processo de produção. Essa dinâmica também foi observada nas novas plantas recém-chegadas (*newcomers*). As atividades realizadas no Brasil obedecem à lógica de otimização da localização, beneficiando-se da possibilidade de importação aberta pelo novo contexto de abertura comercial. (LAPLANE; SARTI, 1999; MOREIRA; FORTI SHERER, 2002). As pressões nesse sentido se reforçaram com o controle crescente exercido pelos investidores institucionais sobre esses grupos.

Em decorrência do processo de reestruturação, a participação indústria de transformação no PIB recuou de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998, com uma maior especialização da indústria brasileira em setores intensivos em recursos naturais. (IEDI, 2006).

As exportações, bastante afetadas pela apreciação do câmbio, apresentam uma mudança significativa na sua composição. Investigações empíricas da pauta exportadora brasileira realizadas por Gonçalves (2000) revelaram que a participação média das manufaturas recuou de 55,1% em 1990-1994 para 53,1% em 1995-1998, enquanto a participação média dos produtos básicos cresceu de 29,8% para 33,8%. Na avaliação de Gonçalves (2000), constata-se um processo de reprimarização da pauta exportadora na segunda metade dos anos noventa, o qual se configura como uma reversão da tendência de longo prazo de avanço da qualidade tecnológica da pauta exportadora brasileira. O aprofundamento desse duplo movimento de desindustrialização/reprimarização nos anos 2000 confirma a consolidação no Brasil de um padrão de reprodução do capital que combina acumulação rentista com especialização da pauta exportadora em produtos básicos.

3 Consolidação do Modelo Liberal Periférico: acumulação financeira e base exportadora primária

Na visão de Paulani (2012), os anos 2000 representam a consolidação da posição brasileira no capitalismo financeirizado. A ascensão do novo governo não mudou a lógica da política econômica. De fato, observa-se uma incapacidade do governo brasileiro de formular políticas autônomas que sejam contrárias aos interesses do capital financeiro. A lógica das políticas econômicas visa essencialmente garantir, aos detentores do capital financeiro, rendimentos elevados. Nesse sentido, a manutenção das políticas de taxa de juros reais elevadas pelo novo governo caracteriza as restrições impostas aos Estados pela mundialização financeira. Essas restrições acabam privando a adoção de políticas econômicas que permitam a retomada do

investimento, da produção e do emprego. Com isso, as intervenções de política fiscal do governo brasileiro, como as ações de investimentos nas áreas de infraestrutura logística contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT), no sentido de recuperar a capacidade de investimento da estrutura produtiva não lograram êxito.

A retomada dos investimentos em infraestrutura no Brasil surge em um momento de ampliação do mercado interno brasileiro com a inclusão de uma parcela significativa da população no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo. As condições favoráveis de crédito ao consumo, o crescimento da massa salarial e os programas de transferência de renda foram determinantes para essa expansão da demanda doméstica. A realização de blocos de inversões visa ampliar a matriz energética (geração e transmissão de energia elétrica; produção, exploração e transporte de petróleo; gás natural e combustíveis renováveis) e o desenvolvimento da infraestrutura logística (rodovias, portos, aeroportos e hidrovias). Adicionalmente, o Governo pretende incrementar os investimentos em infraestrutura social urbana envolvendo saneamento, habitação, metrô, trens urbanos e infraestrutura hídrica.

Na visão do governo, a realização desses investimentos possibilitaria a criação de demanda capaz de viabilizar a ampliação e modernização da capacidade produtiva da indústria de transformação. O aumento da produção e do emprego exigiria uma demanda forte e uma oferta capaz de responder rapidamente aos impulsos dessa demanda.

Com essas iniciativas, o objetivo seria criar um ciclo endógeno em que os investimentos do setor privado e do Estado, ao criarem seus próprios mercados, estimularam o crescimento da capacidade produtiva. Ou seja, as decisões de investimentos estariam determinadas pelo aumento dos mercados domésticos que seriam criados de maneira autônoma ou induzidos pelas relações intraindustriais.

Os resultados em termos de eficiência produtiva dos principais setores da economia permitiriam um aumento da competitividade da estrutura produtiva, garantindo mercados externos adicionais, beneficiando a internacionalização das empresas brasileiras e a obtenção de superávits comerciais recorrentes. Não se trataria, portanto, de *drive* exportador cuja formação de nova capacidade faz-se em razão de mercados externos adicionais, porém de decisões de gastos dos empresários e do Estado que ampliam a capacidade de produção e a competitividade da estrutura produtiva, criando demanda externa e doméstica.

Adicionalmente, as melhores condições de competição da indústria nacional permitiriam um processo de internalização da oferta em vários segmentos produtivos, contribuindo

ainda mais para a geração de excedentes na balança comercial. Portanto, a ampliação dos gastos com investimentos e a renúncia fiscal engendrariam um efeito multiplicador positivo sobre o produto interno bruto.

Portanto, os programas de investimentos em infraestrutura teriam como objetivos aumentar a competitividade da estrutura produtiva, em particular da indústria de transformação, e superar os desequilíbrios externos. Os incrementos das inversões nas matrizes energética e de transportes, por sua vez, induziriam a internalização da oferta industrial, tornando-a mais densa e complexa.

Analisando a conjuntura recente da economia brasileira, percebem-se traços distintos dos preconizados pelo governo brasileiro. O aprofundamento do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil revela uma lógica na qual as decisões de investimentos estão subordinadas a lógica de acumulação rentista. De fato, estudo coordenado por Carneiro *et al.* (2009) sobre os padrões de financiamento das empresas brasileiras baseado na análise dos balanços de 172 grandes empresas de capital aberto revelou que, entre 2003 e 2007, o dinamismo do mercado interno não foi suficiente para as empresas brasileiras realizarem a transição para um novo modelo que prioriza as estratégias mais agressivas de capacidade produtiva. Salvo inversões direcionadas para grandes projetos de exportações, as empresas mais uma vez estavam evitando ampliar os investimentos. A reticência na imobilização de capital em ativos de maior prazo de retorno é uma marca do sistema empresarial brasileiro. As empresas optaram por direcionar esses lucros para ancorar um processo de redução de dívidas.

Na verdade, as inversões realizadas pelos empresários e pelo Estado estão associadas ao dinamismo das exportações de produtos primários. Em contrapartida, a expansão da demanda doméstica por bens manufaturados não estimula blocos de inversões na indústria de transformação. Na verdade, consolida-se na economia brasileira um modelo de acumulação rentista com padrão exportador baseado na especialização em produtos básicos. De fato, um traço distintivo desse modelo está associado a forte especialização da produção e da base exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas assim como em produtos industriais de baixo valor agregado. Essa configuração não reflete uma estratégia ativa de diversificação e geração de novos mercados e oportunidades comerciais, porém o aproveitamento de vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. (MOREIRA; ALMEIDA, 2013).

O Brasil passa a se constituir um exemplo de uma economia que possui uma estrutura industrial relativamente complexa, porém “integrada ou subsumida e submetida ao novo projeto

exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas multinacionais.” (OSORIO, 2012, p.106).

Adicionalmente, esse novo padrão exportador engendra a formação de enclaves com atividades que operam com reduzidos efeitos de encadeamento produtivos e tecnológicos na região, importando bens de capital, bens intermediários e até mesmo matérias-primas.

Na constituição desse modelo exportador, destaque para o papel determinante do grande capital nacional e estrangeiro. Na verdade, as grandes empresas “concentram as principais plataformas exportadoras do novo padrão, assim como as atividades dinâmicas orientadas para o mercado interno, particularmente concentradas no setor de serviços, as quais fornecem energia e telecomunicações e constituem importantes cadeias comerciais.” (OSORIO, 2012, p.111).

Entretanto, o perfil financeirizado das estratégias das empresas multinacionais e a lógica de política econômica que ancora o padrão de inserção intensificam as transformações no processo de internacionalização produtiva iniciadas na década de noventa, com a predominância das atividades comerciais e financeiras sobre as produtivas.

Com o processo de abertura comercial e financeira, a valorização do capital produtivo das filiais das multinacionais se traduz em operações de reestruturação produtiva, que implicam na redução das operações propriamente produtivas combinadas a uma expansão das atividades puramente comerciais. Ou seja, as filiais se engajam numa lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de criação de riqueza (MOREIRA; SEBAG, 2002).

As filiais estrangeiras continuam integradas a uma lógica global na qual se beneficiam das diferenças existentes em cada país. Nessa perspectiva, se especializam em atividades que pouco contribuem para a constituição dos elementos que compõem a cadeia produtiva. As filiais estrangeiras não se inserem fortemente nas cadeias produtivas do país, com efeitos menos importantes na ampliação da capacidade produtiva do que em fases anteriores.

A lógica de otimização da localização das firmas estrangeiras incorpora as oportunidades de importação de insumos e bens de consumo abertas pela liberalização comercial e pelo contexto de juro alto e câmbio apreciado. Nesse cenário, os setores dinâmicos de alta e média alta tecnologia, em que se constata uma clara dominância do capital estrangeiro, são os que apresentam maiores déficits na balança comercial, com consequentes esvaziamentos de suas cadeias produtivas. Nesse sentido, fica evidente que o Brasil é considerado uma extensão do mercado

global para grande parte das empresas estrangeiras. Porém em um cenário onde as importações são a opção preferida, ficando o investimento como *second best choice*. (MOREIRA; SEBAG, 2002).

A inserção do país nesse novo regime de acumulação também incita as filiais a buscar formas de valorização puramente financeiras. A apropriação de excedentes a partir de operações puramente financeiras revela o movimento de financeirização das firmas estrangeiras, que assume uma dimensão importante nesse novo regime de acumulação cuja consolidação no Brasil aprofundou tendências⁵ que comprometem a capacidade de desenvolvimento do país no longo prazo.

Portanto, a opção pela acumulação rentista trouxe consequências importantes para inserção produtiva do país. A combinação de juros elevados/câmbio apreciado significou a opção pelas finanças, as *commodities* e os serviços em detrimento da indústria. (BRESSER-PEREIRA, 2008; 2010; PALMA, 2006; 2014).

Entretanto, é preciso entender que o processo de “commoditificação” e de regressão industrial constitui-se em um desequilíbrio estrutural do MLP. Esse desequilíbrio não será resolvido simplesmente com uma política de administração da taxa de câmbio, levando-a a um patamar que permita a competitividade das exportações industriais. Ou seja, não se neutraliza esse desequilíbrio estrutural por meio de um imposto ou retenção sobre as exportações de *commodity*. As evidências de aprofundamento do duplo processo de desindustrialização/reprimarização serão apresentadas a seguir.

4 O aprofundamento do duplo processo de desindustrialização/reprimarização: evidências empíricas

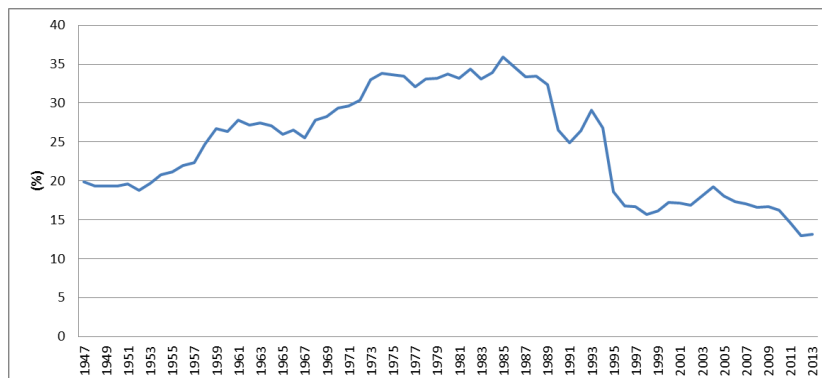
Os estudos acerca da desindustrialização para o caso brasileiro surgiram nos anos 2000 e estão centrados, dentre outros, nos trabalhos de Oreiro e Feijó (2010) e Bresser-Pereira (2008; 2012). Apesar dos diferentes argumentos utilizados e de não haver uma aceção única de desindustrialização entre os autores, neste debate, o conceito predominante é a perda de peso relativo da indústria de transformação no valor adicionado.

A busca por evidências sobre o processo de desindustrialização no Brasil toma como ponto de partida a análise dos dados sobre a produção da indústria comparada com os dados da

⁵ Essas tendências são: desindustrialização e dessubstituição de importações, reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa estrutural, maior concentração de capital e política econômica marcada pela dominância financeira. (GONÇALVES, 2013).

produção total da economia. Neste sentido, o gráfico 1 apresenta a participação da indústria de transformação no PIB entre 1947 e 2013.

Gráfico 1 - Participação da indústria de transformação no PIB a preços constantes de 2012 no período de 1947 a 2013 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados das contas nacionais do IBGE.

Nota: Para 2010-2013: resultados estimados a partir das Contas Nacionais Trimestrais Referência 2000. Para 1990-1994: Sistema de Contas Nacionais Referência 1985. Para 1947-1989: Sistema de Contas Nacionais Consolidadas.

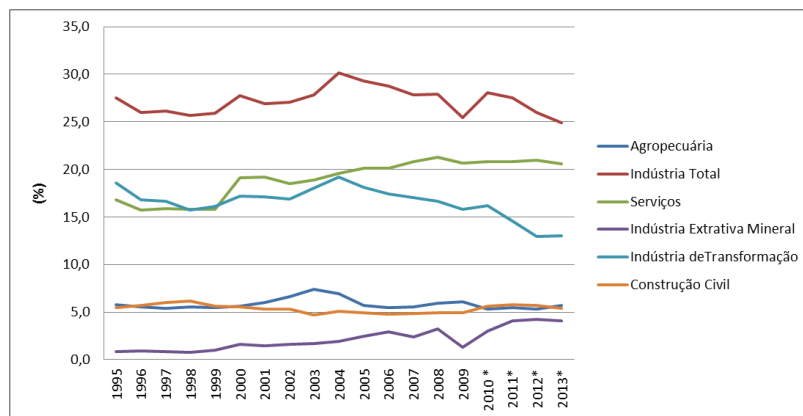
Como é possível observar, verifica-se uma tendência da perda de importância da indústria de transformação ao longo da série analisada. Dois momentos fundamentais se destacam: 2003, quando o aumento do crédito para consumo, os programas sociais e a valorização do salário mínimo possibilitaram a incorporação de uma parcela considerável de brasileiros ao mercado interno, estimulando a produção de bens de baixa intensidade tecnológica, compatíveis com a estrutura produtiva nacional; e 2010, em que a política de renúncia fiscal sobre produtos industrializados aqueceu a economia gerando reflexos positivos para todos os setores industriais, de tal modo que o crescimento da indústria em atingiu a taxa de 16,2%. No entanto, apesar do grande esforço, observa-se que a indústria não conseguiu reverter a situação de desindustrialização verificada a partir da década de 1990.

Quando se verifica um menor crescimento da participação do setor industrial no produto ou no emprego total, relativamente aos demais setores da economia, a desindustrialização pode vir acompanhada de uma reprimarização ou de uma especialização regressiva da pauta de exportações, isto é, por um processo de reversão da pauta exportadora na direção de *commodities*, produtos primários ou manufaturas com baixo valor adicionado e/ou baixo conteúdo tecnológico, que o país possui vantagens comparativas para produzir. (BRESSER-PEREIRA, 2008).

Nesse sentido, o gráfico 2, que apresenta a participação das atividades no valor adicionado, mostra que as mudanças na composição setorial do produto nacional apresentam-se marcadas pela redução da participação da indústria de transformação, pela expansão do setor de

serviços, e pela dinamização dos segmentos primários exportadores. Em outras palavras, observa-se que a participação da indústria de transformação no valor adicionado, tem apresentado uma tendência de redução.

Gráfico 2 - Participação das classes e respectivas atividades no valor adicionado a preços básicos no período de 1995 a 2013 (%)



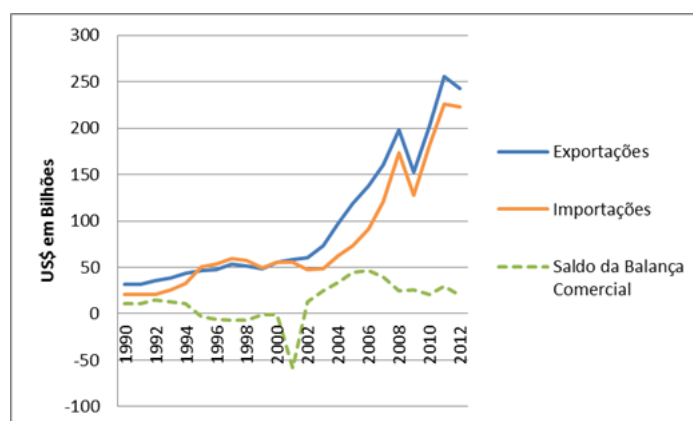
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados das Contas Nacionais do IBGE.

Nota: * Resultados calculados a partir das contas nacionais trimestrais.

Um grupo importante da literatura sobre desindustrialização considera que o comércio internacional pode influenciar na taxa de crescimento doméstica do setor industrial. Tal constatação fundamenta-se, sobretudo, no fato que, diante de fatores externos, a indústria doméstica pode ocupar uma posição desfavorável para competir com os produtos importados que, por sua vez, conduziriam à restrição no balanço de pagamentos e na taxa de crescimento de longo prazo.

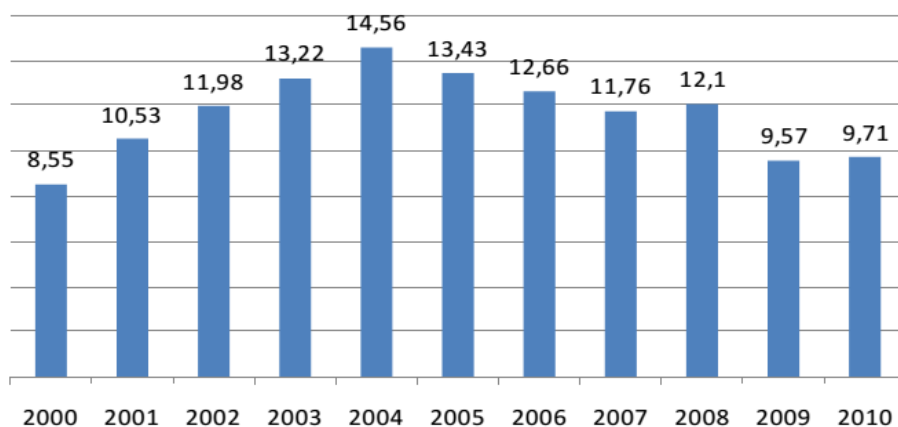
O gráfico 3, evidencia a evolução das exportações, das importações e do saldo da balança comercial no período de 1990 a 2010, e revela que a década de 1990 se caracterizou por baixas taxas de crescimento das exportações e, após um bom desempenho em 1997, o comércio exterior brasileiro apresentou uma retração em 1998 e 1999. Observa-se ainda que, entre 1995 e 2000, o saldo da balança comercial brasileira foi negativo, explicado, em grande parte, pelo contexto de implementação do Plano Real caracterizado por uma taxa de câmbio semifixa sobrevalorizada, altas taxas de juros e abertura comercial, com as exportações situando-se em níveis inferiores às importações. A partir de 2004, com exceção para o ano de 2009, percebe-se um incremento nas exportações. No entanto, esse crescimento não foi suficiente para assegurar o peso das exportações no PIB da economia, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 3 - Evolução das exportações, das importações e do saldo da balança comercial no período de 1990 a 2012



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Gráfico 4 – Participação das exportações no PIB (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

Uma referência comum para examinar as mudanças qualitativas na pauta das exportações agrega os produtos exportados conforme seu grau de industrialização, resultando em três categorias: produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Segundo dados do MDIC, apresentados na tabela 1, os produtos manufaturados têm perdido espaço na pauta de exportações face ao aumento constante da participação de produtos básicos. Em outras palavras, o perfil da indústria brasileira no comércio exterior vem cedendo espaço para setores não industriais, isto é, as *commodities* apresentaram maior participação na pauta de exportações quando comparados aos produtos manufaturados.

Tabela 1 - Composição das exportações brasileiras no período de 1999 a 2012 (%)

Grupos de Produtos	1999-2000	2001-2006	2007-2012
Commodities	56,89	52,37	60,54
Alimentos e outras	26,82	22,56	22,46
Matérias-primas	7,05	8,63	10,82
Minerais	21,22	18,44	20,10
Combustíveis	1,98	2,74	7,16
Semimanufaturados	13,48	12,46	8,91
Artigos manufaturados conforme material (manufaturas de couro, borracha, papel e papelão, madeira, fios e tecidos, etc.)	8,28	7,40	5,63
Artigos manufaturados diversos (móveis, vestuário, calçados, etc.)	5,20	5,06	3,28
Manufaturados	29,26	32,68	25,62
Produtos químicos e produtos conexos	6,74	6,08	6,32
Máquinas e material de transporte	21,66	25,71	18,82
Artigos manufaturados de alta tecnologia (ópticos, médico-hospitalares e relojoaria)	0,86	0,89	0,48

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

No âmbito da composição das importações, a tabela 2 mostra que os produtos de maior peso relativo no total importado foram máquinas e material de transporte, e produtos químicos. Este resultado apoia a hipótese de desindustrialização no Brasil uma vez que as exportações estão concentradas em manufaturados de menor intensidade tecnológica e produtos básicos enquanto que a pauta de importações concentra-se em produtos manufaturados de maior intensidade tecnológica.

Tabela 2 - Composição das importações brasileiras no período de 1999 a 2012 (%)

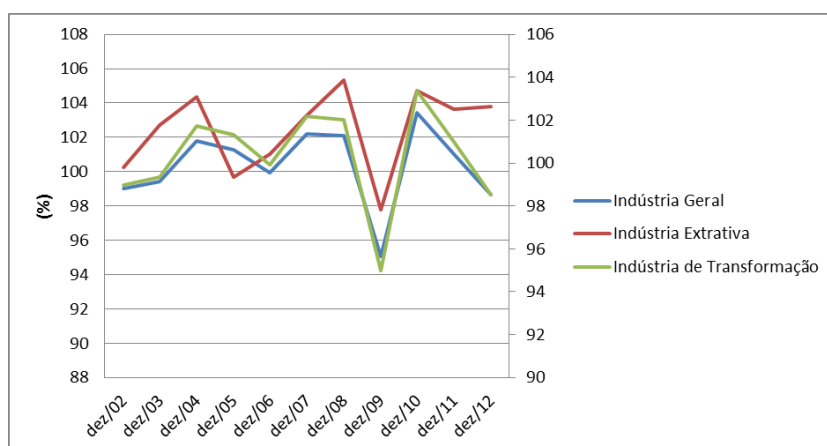
Grupos de Produtos	1999-2000	2001-2006	2007-2012
Commodities	30,86	28,42	32,55
Alimentos e outras	9,64	6,40	4,86
Matérias-primas	2,93	1,98	1,76
Minerais e metais	6,72	6,40	8,39
Combustíveis	11,57	13,65	17,69
Semimanufaturados	10,25	6,97	6,73
Artigos manufaturados conforme material (manufaturas de couro, borracha, papel e papelão, madeira, fios e tecidos, etc.)	5,20	2,62	4,01
Artigos manufaturados diversos (móveis, vestuário e calçados, etc.)	5,05	4,35	2,72
Manufaturados	58,76	64,61	60,72
Produtos químicos e produtos conexos	15,67	18,84	20,02
Máquinas e material de transporte	39,98	42,34	37,26
Artigos manufaturados de alta tecnologia (ópticos, médico-hospitalares e relojoaria)	3,11	3,43	3,44

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

De acordo com Almeida, Feijó e Carvalho (2005), a desindustrialização é o declínio da produção ou do emprego industrial em termos absolutos ou como proporção do produto ou emprego nacional. Neste sentido, uma análise sob acepção da estrutura do emprego, apresentada no gráfico 5, dá sustentação aos argumentos favoráveis ao processo de desindustrialização.

De acordo com o gráfico 5, a indústria geral não ganhou importância na geração de empregos nos últimos anos. Quando se considera a indústria de transformação, a análise dos dados permite observar uma tendência negativa de sua participação na geração de empregos formais no período de 2002 a 2012.

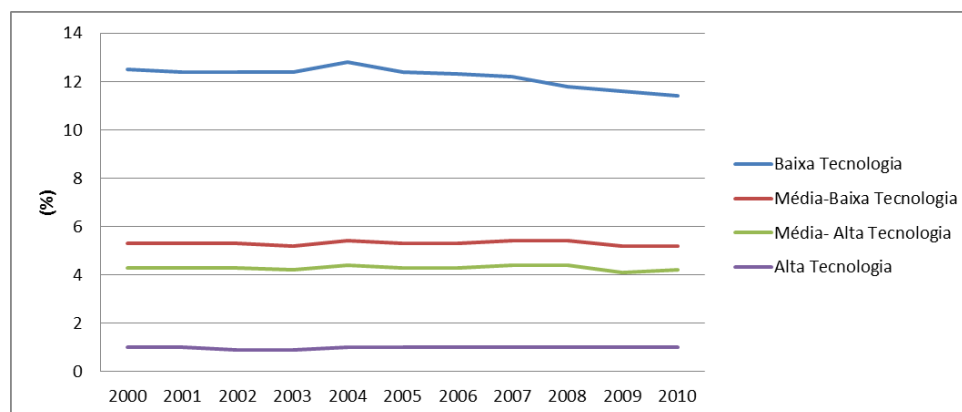
Gráfico 5 - Pessoal ocupado na indústria no período de 2002 a 2012 (Base: igual período do ano anterior) (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário, IBGE.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) corroboram a avaliação de um processo de desindustrialização no país. Os dados da composição do emprego industrial segundo intensidade tecnológica, apresentados no gráfico 6, mostram que a composição do emprego formal na indústria continua concentrada nos setores de baixa e média-baixa tecnologia ao longo do período em análise.

Gráfico 6 – Composição do estoque de emprego formal na indústria segundo intensidade tecnológica no período de 2000 a 2010 (%)



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Assim, considerando, em conjunto, as três variáveis deste estudo - a produção, o comércio internacional, e o emprego – confirma-se a hipótese de que o Brasil está passando por um duplo processo de reprimarização/desindustrialização.

5 Considerações Finais

A inserção ativa da economia brasileira nos circuitos mundiais de acumulação financeira nos anos noventa foi possível em função do movimento de abertura comercial e financeira, o sucesso da política de estabilização monetária, e as reformas ocorridas no setor financeiro.

A sobrevalorização cambial associada à racionalização produtiva levou a uma substituição da produção doméstica por importações. Por outro lado, constata-se uma dinâmica de reprimarização da pauta exportadora, revertendo à tendência de longo prazo de crescimento da participação das manufaturas nas exportações totais brasileiras.

Os incrementos de produtividade decorrentes do processo de reestruturação produtiva resultaram em desemprego industrial e ajustes microeconômicos nas grandes empresas nacionais e estrangeiras. Esses ajustes implicaram em fechamento de linhas de produção consideradas não competitivas e a especialização em produtos de menor valor agregado.

Os anos 2000 representam a consolidação da posição brasileira no capitalismo financeirizado. A ascensão do novo governo não alterou a lógica da política econômica, permanecendo a incapacidade do governo brasileiro de formular políticas autônomas contrárias aos interesses do capital financeiro. Nesse sentido, a manutenção das políticas de taxa de juros reais elevadas pelo novo governo caracteriza as restrições impostas aos Estados pela mundialização

financeira. Essas restrições impedem a adoção de políticas econômicas que permitam a retomada do investimento, da produção e do emprego.

Com isso, as intervenções de política fiscal do governo brasileiro, como as ações de investimentos nas áreas de infraestrutura logística contempladas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Programa Nacional de Logística e Transporte (PNLT), no sentido de aumentar a competitividade da estrutura produtiva, em particular da indústria de transformação, e superar os desequilíbrios externos, internalizando a oferta industrial e tornando-a mais densa e complexa, não lograram êxito. Na verdade, contata-se o aprofundamento do duplo processo de reprimarização/desindustrialização no Brasil, o que revela uma lógica na qual as decisões de investimentos estão subordinadas a lógica de acumulação rentista.

A opção por de juros elevados/câmbio apreciado significou a escolha pelas finanças, *commodities* e serviços em detrimento da indústria. Na constituição desse modelo, a continuidade das operações de reestruturação produtiva das grandes empresas nacionais e estrangeiras foi crucial para a intensificação desse duplo movimento de reprimarização/desindustrialização. As filiais de empresas estrangeiras em vários setores continuaram em uma lógica de produção mínima e de importação, acentuando a transferência interna de excedente em direção a outras unidades do mesmo grupo que exercem funções mais estratégicas em termos de criação de riqueza. Ademais, observa-se uma participação decisiva dos grandes conglomerados no novo projeto exportador baseado em *commodities* metálicas e agrícolas.

REFERÊNCIAS

BELLUZZO, L. G.; TAVARES, M. C. Desenvolvimento no Brasil - Relembrando um Velho Tema. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos (orgs). **Políticas para a retomada do crescimento**. Brasília: IPEA, 2002.

BRASIL. **11º balanço do PAC**. Brasília: MP, 2010. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6c57986d15d0f160bc09ac0bfd602e74.pdf>>. Acesso em: março de 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. The Dutch Disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 48-71, 2008.

_____. Do Antigo ao Novo Desenvolvimentismo na América Latina. In: PRADO, L. C. D. (Org.) **desenvolvimento econômico e crise**. Ensaio em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CARNEIRO, R. M.; PRATES, D. M.; FREITAS, M. C. P.; BIANCARELI, A. M. **Projeto de Estudos sobre as Perspectivas da Indústria Financeira Brasileira e o Papel dos Bancos Públicos**. Subprojeto Mercado de Crédito Bancário - Primeiro Relatório. Campinas: FECAMP, 2009.

CHESNAIS, François (Org.). La finance mondialisée, Paris: La Découverte, 2004.

CHESNAIS, François (org.), La mondialisation financière, Paris, Syros, 1996.

DUFOUR, J. F. Les marches émergents. Paris: Armand Colin, 1999 (Collection Synthèse).

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A economia política do Governo Lula. Rio de Janeiro, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. Desenvolvimento às avessas. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

_____. **O Brasil e o comércio Internacional**: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2000.

IEDI. **Expansão da produtividade**. Carta IEDI n.173. São Paulo: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, 2006.

MOREIRA, C. A. L.; FORTI SHERER, A. L. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 30, nº1, 2002.

MOREIRA, C. A.; ALMEIDA, A. T. A dinâmica do investimento direto estrangeiro no Brasil em meio à crise econômica mundial e impactos sobre a conta de transações correntes. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.41, nº1, 2013.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Anuário Estatístico/RAIS - **Relatório Anual de Informações Sociais**. Disponível em: < <http://www.mte.gov.br>>. Acesso em março de 2015.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C.. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (Org.). São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULANI, Leda. A inserção da economia no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história, Boletim de Economia e Política Internacional, IPEA, Abr./Jun. 2012.

PROGRAMA de Aceleração do Crescimento. **Medidas Institucionais**. Disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_medidas_institucionais.pdf>. Acesso em: março de 2015.